

**PROTAGONISMO INDÍGENA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS INSTITUCIONAIS EM EVENTO DA ABRALIN AO VIVO NO YOUTUBE, NO PERÍODO DE PANDEMIA**

**INDIGENOUS PROTAGONISM: REFLECTIONS ON INSTITUTIONAL LANGUAGE POLICIES AT ABRALIN'S LIVE EVENT ON YOUTUBE, DURING THE PANDEMIC PERIOD**

Floriete Assunção Ribeiro

Jardeane Reis de Araújo

Melissa Maynara dos Passos Leal

Neila Nunes de Souza

Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** Este estudo aborda sobre o protagonismo indígena e como as políticas institucionais da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) contribuem para suscitar e afirmar as culturas, as línguas e a identidade dos povos indígenas, ou seja, as ações desenvolvidas pela Abralin que dialogam e vão ao encontro às questões linguísticas dos povos indígenas. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar o protagonismo indígena como política de visibilidade linguística com base em três eventos do projeto Abralin ao vivo. Para esta análise, utilizou-se uma abordagem qualitativa com base nos dados disponíveis no Youtube, tendo assim como corpus as mesas-redondas - Línguas Indígenas: revitalização e retomada; Watatakalu Yawalapiti: Resistência indígena; e Políticas Linguísticas: Políticas Públicas e a Questão Indígena - que integram o projeto da Abralin ao vivo, caracterizando assim, como um estudo de natureza empírica, através da análise e discussão das pautas indígenas trazidas pelos(as) pesquisadores(as) indígenas e gestores/ativistas atuantes nos assuntos linguístico-políticos dos povos indígenas no Brasil. Sendo que o espaço online utilizado para a obtenção do corpus desta pesquisa é o canal do YouTube, da instituição supracitada. Portanto, nota-se a importância do protagonismo indígena nas instituições que dialogam a respeito da diversidade linguística, identidade e cultura desses povos. E, assim, ampliar a participação do indígena no âmbito das instituições é um caminho possível, que dará visibilidade às questões indígenas.

**Palavras-chave:** Línguas indígenas; Políticas Linguísticas; Abralin; Protagonismo indígena; YouTube.

**Abstract:** This study addresses indigenous protagonism and how the institutional policies of the Brazilian Linguistic Association (Abralin) contribute to raising and affirming the cultures, languages and identity of indigenous peoples, that is, the actions developed by Abralin that dialogue and meet the linguistic issues of indigenous peoples. Thus, the objective is to analyze indigenous protagonism as a policy of linguistic visibility based on three events of the Abralin project live. For this analysis, a qualitative approach was used based on the data available on Youtube, as well as corpus the round tables - Indigenous Languages: revitalization and resumption; Watatakalu Yawalapiti: Indigenous resistance; and Linguistic Policies: Public Policies and the Indigenous Question - which integrate the Abralin project live, thus

characterizing as a study of empirical nature, through the analysis and discussion of indigenous agendas brought by indigenous researchers and managers/activists working in the linguistic-political affairs of indigenous peoples in Brazil. The online space used to obtain the corpus of this research is the YouTube channel of the institution mentioned above. Therefore, it is noted the importance of indigenous protagonism in institutions that dialogue about the linguistic diversity, identity and culture of these peoples. And thus, expanding the participation of indigenous peoples within institutions is a possible path that will give visibility to indigenous issues.

**Key-words:** Indigenous languages; Language policies; Abralin; Indigenous protagonism; YouTube.

**Recebido em 15 de agosto de 2023.**

**Aprovado em 20 de dezembro de 2023.**

## **Introdução**

Em um país democrático como o Brasil, as associações, a exemplo da Associação de Linguística Aplicada no Brasil (ALAB) e a Abralin (esta última abordada neste estudo), têm promovido espaços que propiciam importantes debates sobre as comunidades indígenas, os quais suscitam questões ímpar referente aos programas sociais e auxiliam na promoção dos direitos humanos. Apesar disso, o tema ainda é pouco discutido na literatura acadêmica. Surge assim, a necessidade de destacar o protagonismo indígena e as questões linguístico-políticas, especificamente, em três eventos online, promovido e transmitido pelo canal do YouTube da *Abralin ao vivo*.

Nesse ínterim, em que as discussões acerca do protagonismo indígena se fazem cruciais para direcionar o olhar à estratégias linguísticas e identitárias, é que a Associação Brasileira de Linguística (Abralin)<sup>1</sup>, a qual tem como objetivo congrega os profissionais da Linguística, promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos de Linguística Teórica e Aplicada no Brasil. Para tanto, esta tem-se mostrado comprometida com a promoção da igualdade, da diversidade e da inclusão, respeitando a diversidade humana. (ABRALIN, 1969)

Especialmente, neste período de pandemia<sup>2</sup>, o canal da *Abralin ao vivo* vem promovendo grandes eventos totalmente online, dentre eles aborda questões indígenas como uma política linguística institucional. Essa política vai ao encontro das questões de políticas linguística indígenas, que defendem a visibilidade e o protagonismo desses

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Abralin/about>. Acesso em 22 abr. 2021.

<sup>2</sup> Segundo a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), a Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, e desde então se espalhou pelo mundo. No Brasil, desde o início da pandemia, o país acumula 616.691 mil mortes por Covid-19 (<https://covid.saude.gov.br/>).

povos. Portanto, nesse período de distanciamento físico, a Abralín conseguiu aproximar vários representantes e pesquisadores indígenas. Desse modo, nos foi possível apropriar-se de questões importantes sobre as políticas de preservação das línguas indígenas, sob o olhar dos próprios indígenas, que tiveram espaço de fala nesses eventos.

No Brasil, especificamente, as comunidades indígenas vêm lutando para manter vivas as línguas indígenas. Desse modo, estão/são realizadas algumas ações em prol da manutenção, promoção, visibilidade e revitalização das várias línguas, dentre elas, têm-se alguns pesquisadores indígenas, como: Elvis Ferreira de Sá (Fulni-ô); Altaci Kokama (Kokama); e a Watatakalu Yawalapiti, do Xingú. Porém ainda existem desafios a serem superados. Nesse sentido, as associações e instituições de ensino superior têm sido importantes incentivadores para oportunizar o protagonismo/ativismo dos povos indígenas.

Dessa forma, eventos como o *Abralín ao vivo* tornam-se relevantes espaços para visibilizar as questões indígenas locais, quando os mesmos incluem pesquisadores indígenas nas suas discussões. Diante disso, é essencial refletir como as pautas principais discutidas nos eventos, trazem questões voltadas para a preservação das línguas indígenas, assim como a cultura e a identidade desses povos. Com isso, o conteúdo apresentado nas mesas vem estabelecer importantes debates para direcionar o olhar às políticas linguísticas de visibilidade e promoção do protagonismo indígena.

O protagonismo indígena, por sua vez, conforme Bicalho (2010), inclui-se em contextos históricos distintos que ganharam destaque em todo o mundo. Ainda conforme a autora, protagonizar tem sentido de tornar-se ator mais importante, com destaque marcante em acontecimentos, atos e fatos. O termo protagonismo passou a ser utilizado pelas ciências humanas, após as mudanças que ocorreram no período de modernização da sociedade capitalista. Assim, a globalização da economia e dos meios de comunicação impulsionaram as organizações e os movimentos sociais, que passaram a ter autonomia e os sujeitos que outrora eram excluídos foram conquistando espaço e posições de protagonistas de suas lutas e histórias no contexto social.

Assim, nota-se a importância de predominar o protagonismo indígena nos meios institucionais posto que discutem temáticas que envolvem esses grupos. Logo, a atuação dos povos indígenas nas organizações sobre políticas linguísticas é uma das formas de expor suas lutas em prol da preservação de sua língua e cultura. Nesse contexto, Severo, Abreu e Makoni (2019) destacam o papel da Abralín quando busca refletir e discutir sobre

as políticas linguísticas e os modos de circulação das línguas, assim vem promovendo diversos eventos, os quais têm permitido a participação de diversos representantes indígenas ou não em seus espaços de diálogos sobre as línguas indígenas.

Deste modo, a Abralín pode ser um espaço de discussões sobre questões que tratam da promoção e defesa das línguas indígenas. Assim, esta pesquisa se orienta através das seguintes indagações: Como o projeto *Abralín ao vivo* integra uma política de visibilidade voltada à preservação das línguas dos povos indígenas? Qual é o espaço de visibilidade ou o de invisibilidade? Como ocorre a distribuição desse lugar de fala aos sujeitos indígenas?

Portanto, este artigo visa analisar o protagonismo indígena como política de visibilidade linguística com base em três eventos que foram transmitidos no período de 4 de maio de 2020 a 20 março de 2021, do projeto *Abralín ao vivo*. Para tal foi necessário entender como este projeto integra uma política institucional que visibiliza estas línguas. Além do mais, este artigo pretende identificar as políticas linguísticas que realmente fomentam o protagonismo dos pesquisadores indígenas nos diversos espaços sociais. Por último, esta investigação discute estas políticas linguísticas para criar estratégias de revitalização dessas línguas.

Neste sentido, as estratégias das políticas institucionais da Abralín nos chamaram atenção, pois além de compreendermos a amplitude dessas discussões, nota-se também que são registros importantes, que nos convidam para o entendimento da dimensão dos debates acerca dos indígenas. Destacamos que ouvir sobre o povo indígena do próprio indígena, promove reflexões ainda mais profundas, sendo que ali não é só um espaço de fala, mas envolve expressões que dialogam, como por exemplo, os gestos, costumes e outras impressões próprias dos indígenas. Nesse entendimento, fica visível que a luta pela preservação da língua é contínua, pois faz parte do patrimônio cultural e da identidade dos indígenas, sendo essencial a sua preservação e manutenção para que as futuras gerações a conheçam também.

A metodologia adotada para a realização deste estudo é de natureza empírica, com abordagem qualitativa e exploratória, realizada num ambiente virtual e totalmente online, na qual observou-se três vídeos com pesquisadores indígenas e gestores/pesquisadores atuantes nos assuntos linguístico-políticos dos povos indígenas no Brasil. Sendo que o espaço online utilizado para a obtenção do *corpus* desta pesquisa é o canal do YouTube da instituição Abralín, cujas transmissões fazem parte do projeto *Abralín ao vivo*.

Por fim, este trabalho estrutura-se em três seções, além da introdução. Nessa sequência, o primeiro trata sobre as políticas linguísticas institucionais e o papel da Abralín na questão indígena, o segundo versa a respeito da importância do protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas, e o terceiro aborda as discussões sobre o protagonismo dos sujeitos indígenas na Abralín.

### **1. Políticas Linguísticas Institucionais: o papel da Abralín na questão Indígena**

As políticas linguísticas institucionais são um espaço de afirmação, promoção e discussão dos espaços de fala dos sujeitos invisibilizados. No entanto, as discussões e as lutas desses povos transcendem esses espaços. Logo, é nesse lugar que as Políticas Linguísticas são um conjunto de ações e decisões que necessitam ser tomadas pelos entes federais, estaduais e municipais, sobre a relação entre a sociedade e a língua que é falada em determinada comunidade. Vale ressaltar que essas políticas, também, podem ser suscitadas pelas próprias comunidades.

Conforme Araújo, Ribeiro e Silva (2021), o nosso país evidencia um contexto monolíngue, surgindo assim, a necessidade de ações voltadas para o reconhecimento das línguas minorizadas, as quais fazem parte do nosso cenário social. Na ideia dos autores, é preciso promover um espaço para o protagonismo linguístico dos sujeitos de minoria linguística. Nessa compreensão, as políticas linguísticas, bem como o direito linguístico colaboram para pensar a diversidade linguística, garantir um espaço de sobrevivência e seus usos na sociedade em que vivem os seus falantes.

Portanto, as Políticas Linguísticas surgem da luta de certos povos em prol da preservação das suas línguas, apoiados em várias entidades, dentre elas as associações e os pesquisadores têm um papel fundamental na difusão dos debates e discussões. Logo, a atuação das políticas linguísticas vai desde o âmbito mundial, até o núcleo familiar ou vice-versa (CALVET, 2002).

Nesse sentido, Calvet (1978) traz o conceito de Língua Dominante como sendo "glotofagia", que é quando uma língua é mais forte em prestígio que a outra falada pelos subalternos. Por causa desse descaso, línguas naturais brasileiras tendem a desaparecer. Assim, é dever do estado promover e preservar as línguas indígenas brasileiras, que estão em risco de extinção.

Todavia, de acordo com Makoni e Pennycook (2007), conceitualizar língua não é tão fácil assim, pois existe um conflito entre o conceito de língua do ponto de vista da

identidade étnica e a visão eurocêntrica dominante. Neste sentido, Zavala (2014) atenta para o fato de que os estudos linguísticos são desenvolvidos de acordo com a visão global eurocêntrica, criando políticas linguísticas do ponto de vista da hegemonia dominante, deixando as línguas indígenas à mercê da descaracterização.

Por isso, o assunto das línguas indígenas vem sendo recorrente na Abralín e se torna essencial, visto que as falas dos pesquisadores(as), ativistas linguístico-políticos e da militância indígena são ímpar para estabelecer o reconhecimento dessas línguas, bem como a identidade dos povos originários do Brasil, e, assim, também restabelecer o respeito, a igualdade e a dignidade dos povos indígenas que foram colocados no contexto histórico brasileiro como sujeitos apagados, ocupantes do espaço das línguas minorizadas e minoritárias. Então, esses espaços políticos permitiram um empoderamento aos pesquisadores indígenas que outrora eram silenciados. Assim, destaca como o papel das políticas linguísticas institucionais dialogam e confluem com as políticas linguísticas indígenas.

Desde a fundação da Abralín, uma de suas políticas institucionais tem por objeto discutir as questões linguístico-políticas acerca da importância de as línguas indígenas serem re-vitalizadas e documentadas, a fim de que as próximas gerações não percam a língua de origem, e também, visa instigar a criação de mecanismos que promovam e protejam essas línguas que vivem à margem do desaparecimento (UNESCO, 2009; ABRALIN, 1969). Desse modo, em especial, as ações desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19, a Abralín que já atuava na promoção de eventos voltados às discussões na área da Linguística Indígena, tem desenvolvido algumas ações em prol das Comunidades indígenas brasileiras, dentre elas: o Fundo emergencial Covid-19; as Comissões; eventos como o *Viva Língua Viva*; e diversas mesas-redondas no *Abralín ao vivo*, esse último é a base deste estudo, sendo assim, será discutido mais adiante.

Assim, dentre as políticas institucionais que a Abralín vem desenvolvendo durante a pandemia, estão as ações voltadas para a arrecadação de doações para o Fundo emergencial Covid-19, cujos recursos são destinados aos povos indígenas brasileiros<sup>3</sup>. Como observado a crise sanitária do contexto pandêmico atual, vem influenciado para a extinção de diversas línguas indígenas, isto, devido o avanço da covid-19 para dentro dessas comunidades e a falta de recursos hospitalares acabam por contaminar muitos

---

<sup>3</sup> Doações - Fundo de Resposta Emergencial COVID-19 da Abralín : <https://www.abralin.org/site/doacoes/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

desses últimos falantes e, conseqüentemente, alguns não resistem a doença e morrem. Juntos com esses sujeitos a língua também morre. Dessa forma, o Fundo tem a função de buscar instrumentos e ações para a proteção desses povos indígenas através da assistência de itens básicos que garantam a subsistência, saúde e manutenção de serviços de rotina dessas comunidades.

Outra ação que parte da Abralin, são as *Comissões* que têm por objetivo aprofundar os estudos sobre determinada área do conhecimento, e assim o papel dessas busca suscitar e desenvolver as atividades de forma autônoma<sup>4</sup>. Dentre as Comissões da Abralin, uma delas trata sobre as línguas indígenas, a qual é intitulada *Comissão Línguas Indígenas*<sup>5</sup>, sendo compostas pelas pesquisadoras coordenadoras: Bruna Franchetto (UFRJ), atua na documentação das línguas indígenas, no Museu do Índio (FUNAI-RJ); e Ana Vilacy Galucio (MPEG), que estuda e documenta as línguas dos povos originários do Brasil. E tem como membros os pesquisadores: Maria Filomena Spatti Sandalo (UNICAMP), atua na descrição, documentação e análise de línguas indígenas brasileiras; Flávia de Castro Alves (UnB), atua no estudo das línguas indígenas; Ana Carla dos Santos Bruno (INPA), atua na descrição, documentação e análise de línguas indígenas; e Luiz Amaral (UMass), Linguista. Todos os representantes que compõem esta Comissão, são profissionais não-indígenas que atuam e pesquisam nas áreas linguísticas relacionadas às línguas indígenas. No entanto, essas comissões deveriam ser compostas por pesquisadores, ativistas e linguistas indígenas que atuam no fortalecimento e proteção das suas línguas. Os pesquisadores que fazem parte dessa Comissão têm formações específicas para atuar no âmbito das línguas indígenas, porém não exclui a participação dos protagonistas indígenas para compor as mesmas.

Outro evento organizado pela Abralin é o *Projeto Língua Viva Língua*<sup>6</sup> realizado entre os dias 11 a 14 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro. Esse teve por finalidade a afirmação da diversidade das línguas existentes no Brasil, demonstrando assim que esse país não é monolíngue e homogêneo, mas multilíngue contendo uma diversidade expressiva de línguas, principalmente, indígenas que ao longo da história brasileira foram apagadas. Assim, é em diálogo com essas políticas institucionais de promoção e proteção das línguas indígenas na pós-colonialidade, que Severo, Abreu e Makoni (2019) destacam

---

<sup>4</sup> Comissões: <https://www.abralin.org/site/comissoes-da-abralin/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

<sup>5</sup> <https://www.abralin.org/site/comissao/linguas-indigenas/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

<sup>6</sup> <http://vlv19.abralin.org/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

que as políticas e planejamentos linguísticos, mesmo que tenham como foco as pautas institucionais, ultrapassam essas fronteiras, expondo assim o papel das comunidades e das agentividades locais e nos modos das práticas coletivas, compartilhamento e legitimação de suas ações linguísticas.

## **2. A importância do Protagonismo Indígena na construção de Políticas**

### **Linguísticas**

O protagonismo indígena tem papel importante na constituição das políticas linguísticas, pois é imprescindível que os indígenas sejam os principais atores na construção de políticas que envolvem suas línguas e o sistema de ensino. Visto que as maiores conquistas dos direitos dos povos indígenas estão baseadas na Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988), onde são assegurados o respeito da sociedade à sua organização em comunidade, assim como a preservação de costumes, línguas, crenças e tradições historicamente construídas. Por conseguinte, estes povos têm o pleno direito a integrar-se de maneira plena em todas as esferas da sociedade, mantendo viva a sua cultura, a vida comunitária, visando preservar o meio ambiente. As políticas voltadas aos povos indígenas asseguram a participação efetiva destes em todos os espaços da sociedade. Contudo, esses sujeitos ainda enfrentam muitos desafios que os invisibilizam e os impedem de ser protagonistas de sua própria história.

De acordo com Almeida (2017), o protagonismo indígena significa a participação ativa dos indígenas nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* das universidades locais e globais. Assim, o termo protagonismo não deve ser visto como simplesmente a presença dos indígenas como ouvintes nos congressos brasileiros, mas como protagonistas no sentido do cinema, onde o ator e atriz principal seja uma representatividade da cultura indígena no Brasil. Portanto, o termo usado por analogia no meio acadêmico, refere-se à participação como palestrante principal do dia, onde o conhecimento seja exposto de forma sistemática.

Botelho (2010) ao tratar sobre o protagonismo indígena frisa que os indígenas, a partir da década de 70, começam a constituir e construir espaços sociais em que a voz indígena ecoa em defesa dos direitos que lhes foram cerceados. Desse modo, “o reconhecimento do direito na esfera jurídica cria as condições para que a autorrealização se complete na esfera da estima social[...]” (BOTELHO, 2010, p. 249).

Ainda segundo a autora, o Movimento Indígena no Brasil, reúne estratégias e ações importantes, organizadas pelos próprios representantes indígenas em favor dos seus direitos e interesses coletivos.

No início do Movimento, ainda nas décadas de 1970 e 1980, a participação das organizações de apoio e/ou organizações indigenistas foi predominante. Na atualidade, o protagonismo indígena nas suas próprias organizações tem prevalecido como característica principal do mesmo. Após a promulgação da Constituição de 1988 houve uma ampliação da atuação indígena junto às organizações que os representam, de modo que cada vez mais os próprios indígenas têm procurado se impor na luta pela garantia e a exequibilidade de seus direitos. (BICALHO, 2010, p. 259).

Nesse entendimento, a pesquisadora indígena Smith (2018), nos faz refletir que os indígenas não devem apenas ser pesquisados e alvo de discussões em eventos, mas devem ter espaço para atuarem como pesquisadores e disseminadores de sua cultura. A participação dos indígenas nesse processo dará abertura para a visibilidade e fortalecimento de suas línguas.

Severo (2019, p. 05), nos chama a atenção para o discurso que muitos pesquisadores utilizam para justificar a autoridade de falar pelos indígenas, “ter estado no local e convivido com os sujeitos”, tem sido recorrente essa retórica como forma de legitimar o domínio desse espaço, que pertence aos indígenas. Esses discursos não tornam os pesquisadores donos dos saberes indígenas, cêrcea a oportunidade do protagonismo e ativismo indígena.

Para Severo (2019), a possibilidade de narrar a própria história promove visibilidade e corporalidade a essas narrativas, integram um movimento decolonial, em que a memória passa a ser constantemente renovada e discursivizada, contribuindo para o rompimento de binarismos e estereótipos. Com base nesse entendimento, consideramos relevante a participação efetiva dos indígenas nos espaços de discussões linguísticas da *Abralin ao vivo*, esse fato rompe com a concepção de sujeito indígena colonizado, subjugado como um povo enfraquecido e sem prestígio social. Ao narrar sua própria história, esses sujeitos trazem conhecimento amplo e profundo de seu povo e colabora para disseminar sua cultura e preservar sua língua. É preciso considerar a voz do próprio indígena no processo de construção das políticas linguísticas. É importante lembrar que, segundo (WILKINS, 2000 Apud MAHER, 2010, p. 61), muitos dos fracassos nas políticas linguísticas que pretendem promover a reversão do deslocamento linguístico pode ser esclarecido porque a sua formatação fica a cargo de pessoas não pertencentes ao grupo linguístico indígena, os quais, mesmo bem-intencionados, têm um conhecimento apenas parcial da cultura local e de sua dinâmica social. O que poderia ser feito, segundo

o autor, seria apenas fornecer recursos, treinamentos e encorajamento de modo a garantir que tais políticas pudessem ser colocadas em prática (FISHMAN, 1996, Apud MAHER, 2010, p. 03). Ao considerarmos essas questões, fica evidente a necessidade de ampliar a atuação dos indígenas nas diversas instituições que pretendem construir políticas linguísticas. Geralmente, a participação destes é limitada dentro dos espaços institucionais e quase sempre não há liderança indígena nos grupos que coordenam esses setores que promovem as discussões e os eventos.

O papel do protagonismo indígena na construção das políticas linguísticas é de disseminar a língua, a educação, cultura e a história, em que se fazem presentes sentidos vinculados à temporalidade, espacialidade, relação com os mais velhos, uso da língua, uso de materiais didáticos construídos pelos indígenas, oralidade, corpo, alimentação, ritual e desconstrução de estereótipos. Essas vozes indígenas têm ajudado a reorientar os discursos sobre o que conta como perspectiva indígena, o que inclui, também, a língua (SEVERO, 2019). Da mesma maneira que os materiais didáticos precisam ser construídos pelos próprios indígenas, a construção de políticas institucionais para esses povos também deve permitir a participação efetiva destes em todos os espaços institucionais que envolvem as discussões de sua história, da língua, cultura e identidade.

Na Constituição Federal (1988), art. 210, 2º parágrafo, versa sobre o direito da educação indígena, na qual enfatiza que: “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988). Assim, fica claro que o direito à língua é um dos direitos humanos essenciais previstos na Constituição. Deste modo, não se deve privar o direito de instrução do indígena em sua própria língua materna, pois diz respeito à sua cultura e identidade. Logo, não é porque a língua indígena é diferente da língua majoritária que pode ser abandonada, ao contrário, os direitos linguísticos devem ser exigidos da sociedade. Neste sentido, quando se discute a questão das políticas linguísticas em relação às línguas indígenas, tratamos de identidade, de autoafirmação, de educação bilíngue e intercultural, tudo isso no meio de uma contextualização de povos minoritários, por isso essas discussões devem ter a presença do sujeito indígena, não apenas com participação simbólica, mas como sujeitos protagonistas de sua história.

Essas questões trazidas pelos autores, reafirmam a importância de promover mais do que simples espaço de fala aos indígenas, mas trazem também a necessidade de

planejar as políticas linguísticas com o gerenciamento e ações dos próprios sujeitos indígenas.

Sendo assim, no próximo tópico iremos dialogar e discutir sobre o protagonismo dos sujeitos indígenas na *Abralin ao vivo*, visto que essa associação vem promovendo grandes eventos totalmente online, dentre eles aborda questões indígenas como uma política linguística institucional, o que nos permitiu perceber diálogos importantes sobre as políticas de preservação das línguas indígenas, sob o olhar dos próprios indígenas, que tiveram espaço de fala nos eventos destacado neste estudo.

### **3. O Protagonismo dos Sujeitos Indígenas na Abralin**

Nesta seção, abordaremos sobre o protagonismo dos representantes indígenas (pesquisadores e professores), os quais foram convidados para discutir as questões linguísticas nos espaços das *lives* do projeto *Abralin ao Vivo*, considerados como palestrantes nesse espaço de diálogos. Para responder às questões levantadas, analisaremos três vídeos transmitidos através do canal do YouTube da Abralin, como forma de visualizar, discutir e analisar as políticas de visibilidade do projeto *Abralin ao Vivo*, destinada à preservação das línguas dos povos indígenas. Desse modo, buscamos identificar as políticas linguísticas que contribuem para promover o protagonismo dos pesquisadores indígenas na Abralin.

A primeira mesa-redonda apresenta a temática sobre *Línguas Indígenas: revitalização e retomada*, realizada na primeira fase do projeto *Abralin ao vivo*, que ocorreu no período que corresponde de 4 de maio de 2020 a 31 de julho de 2020. Portanto, essa *live* foi transmitida ao vivo no canal da Abralin, em 17 de maio de 2020, tendo até o momento 2.371 visualizações. Assim, essa mesa contou com a representatividade de três indígenas, que abordaram questões importantes sobre as línguas indígenas - Vera Arapyun (Arapyun), Elvis Ferreira de Sá (Fulni-ô) e Altaci Kokama (Kokama). Grande parte das questões levantadas pelos palestrantes demonstram a preocupação em preservar a língua e a cultura indígena.

Vera Arapyun apresenta as suas inquietudes com a preservação das Línguas Indígenas que ainda restam nas tribos. Especificamente, abordando a retomada do Nheengatu no Baixo Tapajós. Na ocasião da sua participação, estava cursando mestrado no museu Emílio Goeldi, vem pesquisando desde 1999 sobre a Retomada do Nheengatu na sua comunidade.

Além dela, Altaci Kokama continuou o debate sobre a revitalização das Línguas Indígenas, abordando a importância da retomada e fortalecimento dessas línguas no meio escolar, desse modo, enfatiza que é no espaço escolar que deve ocorrer este processo de resgate da língua indígena devido as mudanças que as comunidades sofrem no decorrer da história dos povos. Altaci é Professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas/IL/UnB, assim como, Pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos - Centro LEXTERM/UnB, e na área de Política Linguística atua como Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia do Amazonas-PNCSA/UEA. Além disso, é coordenadora do projeto de ensino e aprendizagem dos Centros de Ciências e Saberes Tradicionais Kokama em Manaus e Coordenadora da Organização dos Professores Indígenas Kokama da Amazônia Brasileira e Peruana.

Dessa forma, a pesquisadora cita alguns dos projetos que realiza em prol da manutenção da língua Kokama viva, tais como: a criação de oficinas de ensino e aprendizagem sobre a língua Kokama, a fim de vitalizar esta língua na educação escolar indígena. Logo, também visa a formação dos professores indígenas como elo fundamental para direcionar a continuidade dos projetos tanto de fortalecimento da língua quanto da afirmação da identidade Kokama. Com isto, materiais didáticos nesta língua são produzidos, assim como se propicia, caso, a atualização do vocabulário e a modernização da língua seja necessário.

Nesses espaços em que a cultura portuguesa estava ganhando espaço dentro da comunidade indígena, Altaci Kokama através das políticas linguísticas e das ações estratégicas de fortalecimento da identidade do povo Kokama traz a importância do protagonismo indígena. Na qual a voz da comunidade se faz presente para dizer, fazer e atender aos anseios do povo Kokama por intermédio do olhar dos próprios sujeitos e não por pesquisadores/atores de fora da realidade indígena.

Outro pesquisador indígena que participou do evento foi Elvis Ferreira de Sá (Fulni-ô), o qual apresentou seu trabalho como pesquisador mestre em línguas indígenas pela Universidade Federal do Alagoas e servidor da Secretaria de Educação de Pernambuco. Neste sentido, o seu trabalho versa sobre a documentação da Língua Yaathe, destacando o papel dos anciãos na disseminação da língua Fulni-ô. Segundo ele, o Fulni-ô é um grupo indígena do Nordeste Brasileiro que conseguiu criar mecanismos e ações para manter viva e em uso a língua do povo Fulni-ô, cuja língua é denominada "Ia-tê".

Elvis Ferreira de Sá (Fulni-ô) colabora com a visibilização dos povos indígenas através das suas pesquisas junto ao Coletivo Fulni-ô, retratando as vivências do seu povo, assim como as lutas de manter a língua materna Yaathe viva através do uso das Tecnologias Digitais, para transmitir voz, texto, vídeos e imagens, a fim de proporcionar a competência linguística e comunicativa dos indivíduos em idade escolar, e assim, manter vivos os costumes e as crenças destes povos. Ele aponta que apesar das dificuldades, foi possível colocar o povo Fulni-ô nas telas de cinema, procurando dar visibilidade através da arte e da cultura do povo Fulni-ô.

O espaço de fala reservado aos indígenas, promove visibilidade e expõe preocupações pertinentes vivenciadas por esses povos. Assim, dialogando com a fala do Procurador da República Fernando Merloto Soave, da mesa-redonda *Políticas Linguísticas: Políticas Públicas e a Questão Indígena*, esse espaço de voz assevera que a sociedade só pode garantir igualdade de oportunidades quando garante a participação de grupos minoritários como os indígenas, para ter suas línguas respeitadas e a sua cultura valorizada. Nesse sentido, o protagonismo indígena no referido evento, deve ser validado, pois estes trazem questões reais de suas vivências. Assim, consideramos que a autonomia e o protagonismo indígena são palavras que precisam ser destacadas e compreendidas em quaisquer políticas públicas voltadas a esses povos. Os indígenas experienciaram momentos de exclusão, em que sua participação ocorria de maneira limitada, de forma passiva, apenas como observadores/ouvintes ou ainda como convidados para apresentação cultural em eventos.

A segunda mesa-redonda foi transmitida ao vivo no dia 17 de julho de 2020, sendo que até o momento já alcançou 885 visualizações. Essa mesa fora intitulada *Watatakalu Yawalapiti - Resistência indígena*, que trouxe como foco a temática sobre a *Resistência indígena* - assim, teve como principal palestrante a indígena do Xingu, *Watatakalu Yawalapiti* - uma representante da Liderança Indígena Feminina.

A Líder Feminina faz um trabalho de resistência indígena junto aos *Watatakalu Yawalapiti*, na margem do Rio Xingu. Nesse contexto, mulheres indígenas lutam pela preservação da sua cultura e história, combatendo práticas machistas adquiridas pelos homens através do convívio com a cultura externa. Assim, este trabalho tem se tornado fonte de inspiração para outras mulheres pelo Brasil afora e até no exterior, com o devido reconhecimento pelas contribuições de pesquisadores e pesquisadoras indígenas que estão mudando a comunidade para melhor, na aldeia do Alto Xingu.

Para que estas dicotomias sejam dissipadas, é necessário promover o respeito pelas línguas indígenas, através de trabalhos sérios respaldados pela ciência, que são realizados pelos próprios indígenas. Portanto, o protagonismo indígena é de suma importância não somente nos meios acadêmicos, assim como no meio jurídico, na área médica, nos órgãos da gestão públicas, só para citar alguns dos meios mais difíceis de adentrar para ter poder de opinar e resolver. Então, a re-vitalização das línguas é algo essencial para manter a cultura indígena viva. Nesse sentido, a indígena Watatakalu Yawalapiti demonstra empoderamento e conhecimento de causa em sua fala, com espaço de uma hora e trinta e um minutos de exposição, traz relatos importantes sobre os desafios de luta e resistência indígena.

A terceira e última mesa-redonda que compõem o *corpus* dessa pesquisa, intitula-se *Políticas Linguísticas: Políticas Públicas e a Questão Indígena*, o qual foi transmitido no dia 20 de março de 2021. Sendo composta pelos palestrantes Fernando Merloto Soave (Procurador da República e atuante nas causas indígenas no Estado Amazonas), Márcia Nascimento (pesquisadora não indígena, que tem como foco de atuação o estudo das línguas indígenas, em especial, a língua Kaingang, a qual é falante nativa, e, o ensino das línguas no contexto escolar indígena), Marcivana Sateré Mawé (representante indígena do povo Sateré-Mawé), Ricardo do Nascimento Abreu (pesquisador do direito linguístico).

Dentre as falas dessa última mesa-redonda, destacamos a fala da Marcivana Sateré Mawé, liderança indígena do povo Mawé, que pela atuação nas pautas indígenas foi uma das auditoras no Sínodo para a Amazônia. A pesquisadora e representante Marcivana destacou a relevância das políticas públicas que garantam a igualdade e o respeito às pluralidades étnicas, e a preservação das culturas e identidades dos povos indígenas e o direito de se expressar na sua língua materna, bem como ter professores nas escolas que sejam indígenas. Desse modo, dentre as ações que ela abordou na mesa-redonda, está a regulamentação dos espaços culturais indígenas, o reconhecimento dos professores indígenas em Manaus, a criação do plano de carreira de cargos e salários para os professores indígenas e o Projeto de Lei que busca a garantia de direitos e a quebra de preconceitos construídos desde o período colonial contra os povos indígenas e a sua língua.

Sendo assim, observa-se que em todas as mesas os pesquisadores e os professores indígenas são convidados a refletir, assim como debater e diagnosticar os desafios e os

conflitos que as línguas indígenas enfrentam seja no espaço linguístico seja no espaço político-social, e elaborar ações eficazes para orientar estas políticas sob a ótica de pensadores dessas etnias, dentre tantas outras que existem no Brasil. Nessa perspectiva, como a pandemia do coronavírus modificou a forma de interagir dos pesquisadores, a troca de ideias foi mantida através das Tecnologias da Informação e Comunicação TICs, os ambientes virtuais. Assim, alguns representantes indígenas puderam fazer isso de suas casas.

Infelizmente, no Brasil as políticas linguísticas de re-vitalização das línguas indígenas, ainda ocorrem de forma tímida, enquanto muitas línguas continuam desaparecendo, desse modo, ações como a dos pesquisadores indígenas visibilizados na Abralín, tem conseguido algum sucesso nas suas lutas. Contudo, essas participações podem ser ampliadas de forma que destaque e valorize ainda mais a presença e a representatividade indígena como um dos atores principais em todo o processo que trata da diversidade linguística nessa instituição, a exemplo, as comissões sejam formadas e coordenadas pelos próprios atores indígenas.

A Organização das Nações Unidas - ONU dedicou o ano de 2019 para ser o Ano Internacional para a Preservação das Línguas Indígenas, a qual trouxe discussões importantes para o reconhecimento das línguas indígenas como símbolo da construção de uma sociedade justa e pacífica e que também valoriza a preservação das línguas como riqueza global (ONU, 2019). Neste sentido, alguns pesquisadores defendem que sejam tomadas medidas urgentes para que essas línguas não desapareçam. Assim, Altaci Kokama salienta que, com o agravamento da pandemia da COVID-19, os povos indígenas já perderam vários líderes anciãos que detinham o saber da língua indígena.

### **Considerações Finais**

As Políticas Linguísticas podem ser consideradas um conjunto de ações e decisões de responsabilidade dos entes federais, estaduais e municipais, sobre a relação entre a sociedade e a língua que é falada em determinada comunidade. Estas podem ser reivindicadas pelas próprias comunidades, resultando em lutas de certos povos em defesa da preservação das suas línguas.

Assim as políticas linguísticas tendem a encontrar seus pressupostos no conjunto de leis que regem a nação ou ser criada a partir das necessidades de uma dada comunidade. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, determina novos caminhos

jurídicos para assegurar as relações entre os indígenas e os não indígenas garantindo os seus direitos perante a sociedade. Portanto, a Constituição brasileira foi um ponto de ruptura fundamental, que compreendeu a inserção do indígena como cidadão pleno e como protagonista de suas vivências.

Assim, a elaboração deste artigo se justifica pela necessidade de esclarecermos como o projeto *Abralin ao vivo* integra uma política de visibilidade voltada à preservação das línguas dos povos indígenas, pois vem promovendo grandes eventos com a presença de representantes indígenas, que ganharam destaque no período da pandemia. Escolhemos essa proposta como forma de refletirmos sobre qual é o lugar de visibilidade ou de invisibilidade dos povos indígenas no espaço da *Abralin* e como é distribuído o lugar de fala aos sujeitos indígenas.

Nesse sentido, percebe-se que o lugar de visibilidade indígena vem sendo assegurado no espaço da *Abralin*, por meio da participação com alguns minutos de fala de pesquisadores indígenas, que representam essas comunidades. Nota-se, que ainda necessita ampliar esse espaço de fala, bem como prover meios para que os representantes indígenas sejam inseridos nos grupos que coordenam, discutem e organizam esses eventos que envolvem as temáticas desses povos.

A distribuição do lugar de fala a estes sujeitos no espaço *Abralin*, considera, principalmente, os pesquisadores indígenas que se destacam no meio acadêmico científico. No entanto, existem diversos representantes indígenas com saberes culturais e linguísticos importantes para a promoção de direitos, de visibilidade, de valorização e autoreconhecimento do lugar de fala desses sujeitos. Logo, torna-se imprescindível que as políticas de proteção e preservação dos territórios e identidade dos indígenas sejam constituídas pelas pautas pensadas e construídas dentro das comunidades juntamente com os representantes de/e seus povos. Contudo, esses sujeitos permanecem invisibilizados, por talvez não possuírem títulos acadêmicos de pesquisadores. Essas vozes também precisam ecoar nesses espaços, pois estão contidas muitas experiências e sabedorias que merecem ser problematizadas por estes próprios sujeitos, sem que outros arranquem seus discursos e os representem por meio de suas pesquisas.

Sendo assim, acreditamos que o espaço da *Abralin ao vivo* pode contribuir ainda mais para as questões de visibilidade e protagonismo indígena à medida que, disponibilizar espaços em que os pesquisadores indígenas sejam atores principais na condução dos grupos de discussões dentro da instituição.

Dessa forma, vemos a possibilidade de ampliar o prestígio da língua indígena no âmbito da *Abralin ao vivo* e assim, repercutir positivamente na preservação das línguas indígenas. Pensamos que essas políticas linguísticas institucionais podem ser ampliadas, de modo que o espaço de fala dos indígenas não fique limitado ao lugar de convidados nos eventos, mas que estes representantes indígenas possam ser inseridos nas comissões e coordenações dos grupos linguísticos. Nesse sentido, entendemos que nosso estudo contribui para que as instituições percebam o espaço de invisibilidade dos sujeitos indígenas e que a partir desse olhar possam refletir na possibilidade de ampliar a participação do indígena no âmbito da instituição e dar visibilidade aos indígenas detentores dos saberes culturais e linguísticos de seus povos.

Nota-se, que mesmo assim, com o protagonismo indígena presente nas lives, nos eventos, congressos da *Abralin ao vivo*, é importante frisar que nas comissões de línguas indígenas, o coordenador não é indígena, assim, faz-se essencial que o lugar de fala seja ampliado para que os indígenas não fiquem apenas como convidados para dialogar nos eventos, mas que estes possam ocupar outros espaços que os permitam pensar e direcionar as questões indígenas com mais visibilidade.

Na Convenção 169 da OIT, passam a vigorar no plano internacional os anseios dos povos indígenas em “apropriar-se de suas próprias instituições, formas de vida, seu desenvolvimento econômico, preservando e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”. Assim, visualiza-se o reconhecimento formal do direito à autonomia e protagonismo indígena. Portanto, ressaltamos a importância de ampliar a participação dos indígenas na construção e organização das políticas institucionais que discutem sobre a diversidade linguística dos povos indígenas.

Os patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas são ricos e diversos, porém é preciso conhecer e preservar. Nesse sentido, a participação dos povos indígenas como liderança política tem sido importante e vem ganhando destaque e mobilizando essa comunidade a valorizar e difundir sua língua, identidade e cultura. Com a reconfiguração da identidade dos povos indígenas, ampliou-se a presença destes nas mais diversas áreas da sociedade. Portanto, com o protagonismo nas universidades e em outros espaços sociais, o número de estudantes que se declaram indígenas aumentou, devido a mudanças políticas, como é o caso da criação de oportunidades através das cotas. Assim, ao validar

o protagonismo indígena nos espaços institucionais, contribui-se para ampliar o sentimento de pertencimento e valorização desses povos.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, maio 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000200017&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 abril. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA (ABRALIN). Estatuto. Campinas – SP. [1969]. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/estatuto/>. Acesso em: 09 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Línguas Indígenas: revitalização e retomada. Youtube, 17 mai. 2020. vídeo (112 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKZ- auc7noQ&t=4691s>. Acesso em: 06 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Watatakalu Yawalapiti - Resistência indígena. Youtube, 17 jul. 2020(a). vídeo (91 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ylGeSleCvsY>. Acesso em: 09 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Políticas Linguísticas: Políticas Públicas e a Questão Indígena. Youtube, 23 mar. 2021. vídeo (149 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ESzG3T8mnh0>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BICALHO, Poliene S. d. S. 2010. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos 1970-2009. Tese de doutorado, UnB.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et colonialisme - petit traité de glottophagie*. Paris: Payot, 1978.

ARAÚJO, Jardeane Reis de; RIBEIRO, Floriete Assunção; SILVA, Wellington Jhonner D. Barbosa da. Direitos linguísticos, políticas linguísticas e justiça social no Brasil em tempos de pandemia: Línguas indígenas, africanas e a Libras. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 7, n. 6, p. 58444-58460, jun. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n6-306. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/31310/pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas*, Curitiba: UFPR, 2018.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. (orgs.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. *Currículo sem fronteiras*, v. 10, n. 1, p. 33-48, 2010. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2010/vol10/no1/3.pdf>. Acesso em: 22 de mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *ONU celebra Ano Internacional das Línguas Indígenas pela primeira vez*. Cultura e educação, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1656932>. Acesso em: 22 de mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural: relatório mundial da UNESCO*. Paris, FR. 2009. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por). Acesso em: 05 de dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Los derechos de los pueblos indígenas y tribales en la práctica: una guía sobre el convenio núm. 169 de la OIT*. Programa para promover el Convenio núm. 169 de la OIT (PRO 169). Departamento de Normas Internacionales del Trabajo, 2009.

SEVERO, Cristine Gorski. Das línguas indígenas: por um olhar decolonial em políticas linguísticas. *Revista Digital de Políticas Lingüísticas (RDPL)*, n. 11, p. 143-158, 2019. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/26740>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SEVERO, Cristine Gorski; ABREU, Ricardo Nascimento; MAKONI, Sinfree. Apresentação. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1334/1270>. Acesso em: 09 mai. 2021.

ZAVALA, Virginia. Ideologías lingüísticas, autoridad y experticia en una comunidad de práctica: a propósito de una política lingüística a favor del quechua. In: ZIMMERMANN, Klaus. *Prácticas y políticas lingüísticas. Nuevas variedades, normas, actitudes y perspectivas*. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2014. p. 129-163.